

ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO IFES – ITAPINA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO¹

Adelina Maria dos Santos Teixeira²

Josiane Beltrame Milanesi³

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

Eixo temático: 4 – Atendimento Educacional Especializado

Resumo

A inclusão possibilita pensar sobre o mundo em que se vive e, quando volta-se especificamente para a inclusão escolar, entende-se que esta tem como premissa acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema comum de ensino. Partindo dessa realidade, o interesse do presente estudo foi compreender especificamente sobre a inclusão escolar do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Assim sendo, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar e descrever as ações realizadas no IFES – campus Itapina considerando os alunos PAEE matriculados no Ensino Médio Integrado a partir da voz dos estudantes frequentadores do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Informa-se que Itapina é um distrito situado na zona rural do município de Colatina – ES. Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa de cunho qualitativo e optou-se pela metodologia de investigação que tem como foco a pesquisa exploratória. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi uma entrevista semi-estruturada elaborada e aplicada pelas pesquisadoras em novembro de 2019. Participaram da pesquisa três alunos do Ensino Médio Integrado, sendo dois em Agropecuária e um em Zootecnia. Os três participantes possuíam laudo médico comprovando que pertenciam ao PAEE. Dentre os sujeitos, um era diagnosticado com deficiência intelectual, um com deficiência intelectual e auditiva e o outro com deficiência auditiva. Os resultados apontaram que, em geral, os sujeitos consideram que a escola está preparada para receber alunos PAEE. Destaca-se que os resultados deste estudo contribuem com a produção de conhecimentos relacionados à inclusão escolar do PAEE, assim como o conhecimento do sistema educacional inclusivo em nível técnico.

Palavras-chaves: Inclusão Escolar; Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio.

¹ Esta pesquisa é fruto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFES – Itapina.

² Licenciada em Pedagogia. E-mail: adelinast@hotmail.com

³ Doutora em Educação Especial. E-mail: milanesi.josiane@gmail.com

Introdução

Educação inclusiva significa acolher todos os indivíduos, sem exceção, em todos os âmbitos da sociedade, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas, dentre outros. A inclusão escolar precisa ser compreendida como um direito de cada cidadão, como forma de garantia de sua autonomia e do seu desenvolvimento cognitivo.

A Educação Especial é atualmente definida no Brasil por uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados segregados tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos. Vale lembrar que a Educação Especial se insere nos diferentes níveis da educação escolar, tais como a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior, soma-se a esse fato a interação com as demais modalidades da educação escolar, tais como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação do Campo, a Educação Profissional e Tecnológica, a Educação Indígena e a Educação Quilombola.

Considerando a Educação Especial, tem-se no país a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) (BRASIL, 2008a) que estabelece as mudanças relacionadas ao atendimento de pessoas Público-alvo da Educação Especial (PAEE) (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), e de modo geral, fundamenta-se nos princípios que defendem os direitos de todos e incentivam a participação na sociedade. A referida política organiza os serviços mediante a garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito devendo ser transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Esses serviços são denominados de AEE e compreendem o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente. Tais serviços são prestados de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência e transtornos globais do

desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); ou de forma suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

No mais, acrescenta-se que as instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, deverão aplicar medidas de atendimento preferencial à pessoa com deficiência, nas dependências das Instituições desde os processos seletivos para ingresso até a permanência nos cursos oferecidos.

Considerando esse cenário, com mudanças que ainda estão em curso, no que diz respeito as adaptações no cotidiano das escolas brasileiras, pois é sabido que transformações em ambientes sociais demandam certo tempo para implantação e ajustes, o objetivo geral foi investigar e descrever as ações realizadas no IFES – Itapina considerando os alunos PAEE matriculados no Ensino Médio Integrado a partir da voz dos estudantes frequentadores do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Os resultados deste estudo contribuem com a produção de conhecimento relacionado às pessoas PAEE no âmbito escolar, assim como o conhecimento do sistema educacional inclusivo em nível técnico.

Percurso Metodológico

O presente trabalho foi realizado tendo por base a pesquisa de cunho qualitativo e optou-se pela metodologia de investigação que tem como foco a pesquisa exploratória, que de acordo com Gil “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (2002, p. 41).

A pesquisa foi realizada no IFES - Campus Itapina, que fica situado à Rodovia BR-259, Km 70 – Zona Rural do município de Colatina, no Espírito Santo. Sua

história teve início em 1949 enquanto escola de iniciação agrícola tornando-se posteriormente em Escola Agrotécnica. A partir de 2008, por meio da Lei 11.892 (BRASIL, 2008b), tornou-se parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

O Campus Itapina oferecia em 2019 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (Agropecuária e Zootecnia), Curso Técnico subsequente (Agropecuária), cursos superiores (Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrícolas e Licenciatura em Pedagogia) e Pós-Graduação (Especialização Lato Sensu em Agricultura Sustentável).

O IFES vê a inclusão de pessoas com necessidades específicas como um desafio a ser superado e já tem tomado algumas medidas para garantir que os direitos desse público sejam cumpridos. Uma das ações é a criação, em cada campus do IFES, do NAPNE, que um órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar. De acordo com Perinni (2017), a criação dos Napnes nos IFES deu-se a partir do surgimento de demandas nos campi e da necessidade de se entender esse novo processo de inclusão.

No segundo semestre de 2019, período em que a pesquisa foi realizada, a escola possuía 503 alunos matriculados no Ensino Médio Técnico, etapa de interesse da presente pesquisa.

Para coleta de dados, optou-se por fazer uso de entrevista que “[...] pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 2002, p. 115). Para tal, foi utilizado um roteiro de entrevista elaborado e aplicado pelas pesquisadoras composto por 32 questões.

Participaram da pesquisa três alunos considerados PAEE matriculados no Ensino Médio Integrado. O critério de inclusão na pesquisa foi estar devidamente matriculado e frequentando as aulas. Ainda, ser aluno de Curso

Técnico Integrado ao Ensino Médio e ter sido assistido pelo NAPNE no ano de 2019.

O Quadro 1 fornece dados sobre a caracterização dos participantes e os dados contidos nele foram coletados diretamente na entrevista a partir da primeira parte do instrumento.

Quadro 1 – Informações sobre sexo, idade, série, curso e necessidade específica

Participante	Sexo	Idade	Série	Curso	Necessidade específica
Participante 1 (P1)	Masculino	18	3 ^a	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	Deficiência intelectual
Participante 2 (P2)	Feminino	19	2 ^a	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	Deficiência intelectual e auditiva
Participante 3 (P3)	Feminino	17	2 ^a	Técnico em Zootecnia Integrado ao Ensino Médio	Deficiência auditiva

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras.

Para realização da pesquisa foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e contou-se com a colaboração da Professora do AEE da escola para contactar os responsáveis pelos alunos que receberam informações sobre a pesquisa e foram esclarecidos que o TCLE seria enviado para casa pelo aluno e, após leitura e concordância com a participação, o mesmo deveria ser devolvido assinado.

Para coleta de dados, foi agendada a aplicação das entrevistas com todos os participantes do estudo. As entrevistas ocorreram em novembro de 2019 e duraram em torno de 20 minutos cada e foram realizadas no NAPNE do campus Itapina. As respostas às questões foram gravadas e transcritas.

Por meio da aplicação da entrevista e leitura dos dados obtidos, os dados foram analisados qualitativamente tendo sido possível organizar o conjunto de informações em sete eixos temáticos e categorias de análise.

Discussão e resultados

Apresenta-se a seguir, os resultados baseados nos relatos dos alunos relacionados ao atendimento, aos materiais/equipamentos disponibilizados, aos recursos humanos disponíveis, ao processo de ensino e aprendizagem e a inclusão escolar no IFES - Campus Itapina.

Referente ao atendimento, quando perguntados sobre quantas vezes por semana era realizado no NAPNE, todos os participantes responderam que eram duas vezes. Sobre a duração do atendimento (em horas ou minutos) foi possível saber que também era igual para todos, ou seja, com duração de 3 horas por semana.

Quando foram questionados acerca da composição do atendimento as respostas variaram. P1 afirmou ser individual. P2 e P3 disseram que às vezes era individual e quando ocorria de ter mais alunos no NAPNE era coletivo.

Ao serem indagados sobre quem realizava o atendimento obteve-se as seguintes respostas:

- A Professora do AEE e quando necessário os professores das disciplinas de química e matemática (P1).
- A Professora de AEE, os professores das disciplinas de química e matemática dão suporte quando tenho dúvidas, a estagiária do NAPNE e o monitor da disciplina de química (P2).
- A Professora do AEE e a estagiária (P3).

Posteriormente os participantes foram indagados se mais alguém realizava o atendimento e/ou colaboravam com o mesmo, neste item somente P3 acrescentou que também era atendimento pelo Monitor da disciplina de química e a estagiária do NAPNE. E ainda, informaram que os professores das disciplinas de química e matemática davam suporte no caso de estarem com dúvidas.

Conforme Viana e Teixeira (2019), a sala de AEE tem o objetivo de buscar a melhoria do ensino-aprendizagem do aluno no contexto escolar. É um espaço onde se disponibilizam materiais didáticos, pedagógicos e de Tecnologia Assistiva e trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos. Cabe destacar que o professor da sala de recursos multifuncionais trabalha em conjunto com o docente da sala regular, com o objetivo de proporcionar ao aluno o acesso a um processo educativo que contemple as suas especificidades.

Com os questionamentos relacionados aos materiais/equipamentos disponibilizados, ao serem indagados se, em geral, consideravam que os materiais pedagógicos que o NAPNE disponibilizava eram suficientes para suas necessidades, todos responderem que sim e P3 enfatizou que estava bem satisfeita.

Sobre a utilização dos materiais no momento do atendimento, todos os participantes disseram que eram utilizados e P1 deu ênfase ao uso do computador. Sobre se desejariam ter outros materiais, P3 disse que gostaria de utilizar a impressora. Entendem-se aqui que a aluna se refere ao uso da impressora para fins pessoais, ou seja, imprimir seus trabalhos e textos que são indicados para leitura e não acerca da não possibilidade de uso para atividades realizadas no momento dos atendimentos no NAPNE.

Os participantes também foram indagados sobre o uso de equipamentos além dos convencionais dentro da sala de aula. Sobre este assunto, somente P3 afirmou que “Sim, no trabalho de biologia levei o notebook para terminar o trabalho”. Assim sendo, foi possível compreender que, quando necessário, os materiais que constam no NAPNE são disponibilizados para serem utilizados pelos alunos além do espaço em questão.

Com base nas respostas pode-se observar que em geral, os materiais pedagógicos que o NAPNE dispunha no momento eram suficientes para as necessidades dos alunos que participaram do estudo, e ainda, eram utilizados na sala de aula quando fosse o caso. Cabe esclarecer que aborda-se aqui as questões sob o olhar de três alunos com suas especificidades pontuais, pode ser que, caso fossem alunos com outras deficiências/especificidades os materiais não fossem suficientes.

É de ser relevado que as políticas públicas inclusivas visam assegurar aos alunos PAEE, a matrícula nas classes comuns e a oferta do AEE. Sendo assim, o Programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais instituído pelo Ministério da Educação, apresenta como finalidade apoiar a organização do AEE e apresenta como principais objetivos:

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; assegurar o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (MEC/SEESP, 2010, p. 9).

Para tanto, os sistemas de ensino deverão disponibilizar “[...] recursos educacionais e estratégias de apoio” (CARNEIRO, 2013, p. 148) aos alunos com deficiência. Acerca do assunto sobre os recursos humanos disponíveis, foi interrogado se os alunos consideravam que os profissionais/suporte pessoal disponibilizados pelo NAPNE eram suficientes para suprir a demanda/necessidade que apresentava. Os três participantes foram unânimes

ao afirmar que sim. Entretanto, ao indagá-los se desejariam ter outros e quais seria, P2 e P3 acrescentaram que gostariam de ter monitoria de Português.

Ao serem indagados sobre se haviam outros atendimentos no momento da pesquisa e quais seriam, P1 afirmou que contava com o suporte de professores; P2 disse que contata com a ajuda de uma amiga para auxiliá-la nos conteúdos de química e P3 afirmou que “Marco com o professor um reforço na sala dele, para esclarecer minha dúvida e tenho monitoria”.

Conforme as respostas anteriores, de modo geral, percebe-se que os alunos consideram que os profissionais/suporte pessoal disponibilizados pelo NAPNE são suficientes para suprir a demanda/necessidade apresentada por eles e contam com o atendimento dos professores. Entretanto, P2 e P3 ressaltaram que desejariam ter monitoria de Português.

É preciso compreender que, quando se fala em educação inclusiva, fala-se em educação além da escolar, ou seja, não se cogita só de ensino, mas de apoio e suportes, de trabalho em equipe e de toda uma gama de mudanças institucionais que vão além da organização didática (CARNEIRO, 2013).

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, dispõe que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE e prever em organização, o Professores para o exercício do AEE, que deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na Educação Especial. E ainda, a principal função do professor do AEE é realizar o atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização (BRASIL, 2009).

Sobre o processo de ensino e aprendizagem foi questionado: “Considerando os conteúdos curriculares do seu curso e sua necessidade específica, você consegue aprender todos os conteúdos na íntegra?” P1 e P2 responderam que

não enquanto P3 afirmou: “Sim, pego a matéria facilmente, tenho facilidade em exatas e biológicas”.

Considerando as respostas dadas, foi perguntado sobre quando não conseguiam aprender se os professores realizavam diferenciações nos conteúdos. Deste modo, obteve-se as seguintes respostas: “De vez em quando, mas provas não fazem mais não” (P1); às vezes os professores das disciplinas de química e matemática, mas o resto não (P2) enquanto P3 disse: Quando não consigo, o professor faz dinâmica na sala e eu faço mapa mental (P3).

No que diz respeito as avaliações escolares, foi interrogado se os sujeitos eram avaliados como os demais colegas da turma ou se eram necessárias diferenciações nos conteúdos e na aplicação. Ainda, caso necessário, se eram realizados. Diferentes respostas foram dadas:

De vez em quando alguns fazem alguma coisa, quando eu não tiro nota (P1).

Eu participo, mesmo que eu não começo a fazer a avaliação, eu fico na sala, dependendo da matéria. A professora do AEE já pediu aos professores para avaliar diferente (P2).

Participo com os colegas, a prova é igual, não gostaria de fazer a minha avaliação diferente dos outros (P3).

De acordo com as respostas, entendeu-se que os alunos P1 e P2, ou seja, os que possuem deficiência intelectual possuem maiores desafios para aprenderem todos os conteúdos na íntegra, já a aluna com deficiência auditiva parece não encontrar maiores dificuldades.

Em relação às diferenciações nos conteúdos, para os alunos com deficiência intelectual, algumas vezes são feitas pelos professores, dentre os quais, os professores das disciplinas de química e matemática foram destacados. E no caso das avaliações escolares, de modo geral, os alunos participam como os demais colegas da turma.

Entende-se que o processo avaliativo se torna um dos grandes desafios a serem enfrentados pela escola, devendo ser compreendido:

Como um meio de aperfeiçoamento da prática pedagógica, um processo que contribua para a compreensão das dificuldades dos alunos, dinamizando novas oportunidades de conhecimento. Se as práticas avaliativas forem voltadas para os resultados, reforçam as expectativas de respostas reprodutoras e mecanicamente decoradas (NAUJORKS, 2008, p. 182).

Acerca da inclusão escolar, foi questionado: Considerando sua necessidade específica, você consegue participar de todas as atividades propostas pela Instituição?

Não. Nos aulões não participo (P1).
Não. Às vezes falto para ir ao médico, às vezes me sinto muito excluída pelos alunos, eu me sinto diferente (P2).
Não. O trabalho mais coletivo eu tenho dificuldade, mas na sala de aula eu participo normal. Na minha sala, tem uma panelinha dos excluídos, eu me sinto muito bem nessa panelinha, eu me envolvo (P3).

A questão seguinte interrogou sobre como ocorria a participação. P1 informou que somente nas aulas. Já P2 afirmou que “Eu fico no meu canto, fiquei triste que separaram a minha turma, mesmo que no ano passado eu não era muito próxima, me sinto excluída, sou a última a entrar nos grupos”. Já P3 informou que faz sua parte “[...] faço muita coisa, faço trabalho e gosto de falar muito na apresentação de trabalhos.

Assim sendo, foi interrogado os motivos pela não participação. Sobre isso, P1 afirmou que “[...] aqui (NAPNE) é melhor para aprender” enquanto P3 disse “Quando não participo, é porque tem pessoas que não entendem minha dificuldade e acho melhor não participar”.

Foi interrogado também sobre como era a interação com os profissionais e colegas. P1 disse que era ótima. P2 disse que os professores a atendiam super bem e que “[...] os funcionários são um amor de pessoa, melhor que os alunos”. Enquanto P3 afirmou que “No ano passado, antes era difícil, eu não

conseguia falar direito por causa de minha ansiedade que prejudicava a minha voz. Melhorou bastante meu modo de comunicar e agora está tranquilo.

Posteriormente, foi indagado se os participantes consideravam ou sentiam que sofria algum preconceito dentro do IFES Campus Itapina e em caso positivo, por quem.

Não. Eles (colegas) só brincam, mas é normal! (P1).

Sim. Porque tenho muita dificuldade. Eles (colegas) não têm paciência com pessoa com deficiência auditiva, eu acho que eles excluem o aluno demais. Lembro que o professor da disciplina matemática dizia que a gente tem que se preocupar em aprender. Mas ninguém (alunos) se preocupava em aprender e eles (colegas) só pensam em passar de ano. Depois do conselho do professor, eu comecei a dar valor a aprendizagem, e a ficar mais esperta (P2).

Sim, por algumas pessoas que não entendem a minha fala. Por causa de meu problema auditivo, a pessoa (colegas de sala) fica com deboche.

Ademais, foi indagado sobre a relação com a equipe pedagógica, diretor, professores, colegas de turma e demais profissionais atuantes na escola. P1 respondeu que era tudo normal. Enquanto P2 disse que com exceção dos colegas de turma e funcionários da cozinha, gostava de todos os demais. Já P3 afirmou que “São todos maravilhosos, a maior parte das pessoas me respeita, todos os profissionais me acolhem”.

Ainda, foi perguntado sobre a escola estaria preparada para receber alunos PAEE. P1 e P3 disseram que sim, sendo que P3 destacou o NAPNE, os professores e monitores. Já P2 afirmou: “Não muito, a escola ainda não adaptou tanto, eles poderiam conversar com os alunos”.

Além disso, foi interrogado se algo poderia ser feito na escola para melhorar o desenvolvimento dos participantes. As restas foram:

Fazer alguma coisa avaliativa melhor para mim! Alguma coisa separada! Porque tenho muita dificuldade de aprender! (P1)

A escola deveria divulgar mais o NAPNE. Fazer palestras para socializar, acolher (P2).

Deveria ter um curso de LIBRAS/BRAILE para ajudar na comunicação.
O professor líder de turma, que não me acolhe. Com os alunos, não estou satisfeita (P3).

Os alunos consideram que a interação com os profissionais da Instituição era boa, já em relação aos colegas, consideraram/sentiam que sofriam algum preconceito. Em relação a opinião sobre a escola (equipe pedagógica, diretor, professores, e os demais profissionais) relacionada ao desenvolvimento pessoal, disseram ser boa, entretanto, com os colegas de turma, a relação não é tão harmoniosa.

Em geral, consideraram que a escola está preparada para receber alunos PAEE, e apresentam sugestões de ações no Campus, tais como palestras e cursos e divulgação das ações do NAPNE com o objetivo de diminuir o preconceito existente entre os colegas de sala. E ainda, como sugestão, a elaboração de avaliações diferenciadas.

Tendo sido apresentadas as respostas dos participantes e de modo breve terem sido feitos alguns apontamentos, encerra-se aqui o presente capítulo e, o seguinte, apresenta as considerações finais do estudo.

Considerações finais

O IFES vê a inclusão de pessoas com necessidades específicas como um desafio a ser superado e já tem tomado medidas, tal como, a criação, em cada campus do IFES, do NAPNE, os núcleos de acessibilidade visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

A partir da análise das entrevistas realizadas nesta pesquisa, os resultados apontaram que o atendimento era realizado duas vezes por semana com

duração total de 3 horas semanais. O atendimento acontecia de forma individual ou coletiva, e a professora de AEE e estagiária realizavam a maioria dos atendimentos.

Em relação aos materiais/equipamentos disponibilizados, observa-se que os materiais pedagógicos que o NAPNE dispunha no momento eram suficientes para atender as necessidades dos alunos.

A respeito dos recursos humanos, pode-se perceber que os alunos consideram os profissionais/suporte pessoal disponibilizados pelo NAPNE suficientes para suprir a demanda/necessidade apresentada por eles.

Em relação ao processo de ensino e aprendizagem, os alunos com deficiência intelectual não conseguiam aprender todos os conteúdos na íntegra, porém, a aluna com deficiência auditiva não encontrava maiores problemas. Em relação às diferenciações nos conteúdos, para os alunos com deficiência intelectual, algumas vezes eram feitas por dois professores, e no caso das avaliações escolares, os alunos participavam como os demais colegas da turma.

A respeito da inclusão escolar no IFES - Campus Itapina, os alunos consideraram que a interação com os profissionais da Instituição é ótima, entretanto, em relação aos colegas sentiam sofrer algum preconceito. Em geral, os respondentes consideraram que a escola estava preparada para receber alunos PAEE.

Acrescenta-se que este estudo apresenta limitações, em função do pequeno número de alunos respondentes. Uma sugestão seria uma nova pesquisa com a ampliação da amostra, possibilitando maiores análises com o grupo e com outros atores que fazem parte do processo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, 07 de janeiro de 2008a.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008b.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01. p.17.

_____. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. Editora Vozes, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NAUJORKS, M. I. **Pesquisa-ação nas pesquisas em educação especial: relato de uma experiência**. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 179-186.

PERINNI, S. T. **DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS E A INCLUSÃO ESCOLAR NO IFES**. 2017. 227 f. TESE (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

VIANA, M. L.; TEIXEIRA, M. R. F.. Sala de atendimento educacional especializada (AEE): o uso da tecnologia assistiva no processo de inclusão dos alunos nas atividades de ensino-aprendizagem. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**. Luziânia, GO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Vol. 12, n. 1 (jan./mar. 2019), p. 72-79, 2019.

